

ATA NÚMERO 91/XII/2ª SL

07.novembro.2012 – 9h30

Aos 7 dias do mês de novembro de 2012, pelas 9:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Comunicações do Presidente

3. Audiência no âmbito da discussão do O.E. para 2013 – 09h30

- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

4. Audição no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre as mudanças estruturais no ensino – 11h00

- Confederação Nacional das Associações de Pais-CONFAP

5. Audição no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre as mudanças estruturais no ensino – 12h00

- Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação-CNIPE

6. Outros assuntos

7. Data da próxima reunião

Dia 07.novembro.2012 – 15h00

Dia 08.novembro.2012

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Comunicações do Presidente

Não se registaram comunicações.

3. Audiência no âmbito da discussão do O.E. para 2013 – 09h30

O Presidente da Comissão apresentou as boas-vindas aos representantes do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e deu-lhes de seguida a palavra para exporem as suas preocupações em relação ao Orçamento do Estado (OE) para 2013.

O Presidente do CRUP entregou um dossier sobre a situação para cada Grupo Parlamentar e iniciou a sua intervenção referindo que já vieram à CECC em junho, falar dos cortes de 2% a 2,5% que lhes tinham sido comunicados pela tutela nessa data. Entretanto, há poucas semanas, souberam que a redução orçamental seria muito maior e constatam pela Proposta de Lei do Orçamento do Estado que os cortes de verbas atingem 9%, no conjunto das Universidades.

Salientou que vem falar do futuro das Universidades e do país, mais do que de dinheiro e informou que as mesmas estão muito empenhadas na competição internacional, realçando que a União Europeia tem este ano um orçamento dedicado ao ensino superior, para além do orçamento da ciência, estabelecendo que a formação da juventude e a criação de ciência atinjam 3% do PIB.

Reforçou a necessidade de estabilidade orçamental das Universidades, com sustentabilidade financeira, enfatizando que estas instituições são a base de sustentação da ciência.

Intervieram depois vários outros reitores, que referiram que as Universidades são essenciais para ajudarem à inovação e à criação de riqueza, indicaram que os cortes de verbas atingem cerca de 9% e informaram que as instituições recebem cerca de 2.600€ por ano, por aluno, contrapondo-o ao valor de 4.415€ dos alunos dos ensinos básico e secundário, constante do relatório recente do Tribunal de Contas.

Alertaram para o facto de os projetos de investigação exigirem entregas iniciais e reiteraram a insustentabilidade do orçamento para 2013, referindo ainda o aumento dos encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social e com o subsídio do 13.º mês. Informaram que a idade média dos docentes é de 50 anos e há poucos contratos, realçando que o orçamento atual só cobre as despesas de funcionamento, sendo os cortes inoportáveis.

Referiram que as Universidades estão sempre associadas à investigação, referindo que em França está a equacionar-se ligar os Laboratórios do Estado às mesmas, sendo que as Universidades têm sempre recursos humanos novos, particularmente alunos e limitar estas instituições é limitar a inovação e o desenvolvimento.

Mencionaram que o Estado não tem sido uma “pessoa de bem” em relação às instituições de ensino superior, retirando-lhe continuamente verbas e tendo proposto em junho uma diminuição de 2,5%, o que levou as instituições a fazerem contratações no início do ano letivo, em setembro e agora verifica-se que os cortes orçamentais são significativamente superiores.

Interveio de seguida a deputada Nilza de Sena (PSD), que transmitiu a preocupação do PSD com o futuro das Universidades, atento o seu papel como formador essencial e gerador de ciência. Questionou depois como vem acontecendo a captação de receita própria e qual a posição em relação à racionalização da rede, matéria que considerou complementar da questão orçamental. Perguntou ainda se já agendaram uma reunião com o Ministro das Finanças e realçou que as Universidades não geram dívida e são diferentes de outras instituições.

O deputado Rui Jorge Santos (PS) referiu que os cortes nas Universidades são inoportáveis e questionou qual será exatamente o montante do corte que caberá ao ensino superior em 2013, quantos docentes, investigadores e não docentes serão dispensados e se o Governo apoiará um aumento de propinas. Realçou que o esforço público do Estado em Portugal, em relação ao ensino superior, é inferior à média na OCDE, mencionou que o Estado atacou a

autonomia das Universidades, realçou que o orçamento das instituições está apresentado de forma global e referiu as diminuições a nível da ação social e do número de bolsas.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) reconheceu o desfazamento temporal entre o ano civil e o ano letivo, considerou importante o agendamento de uma reunião entre o CRUP e o Ministro das Finanças, manifestou-se sobre a reestruturação da rede de instituições e questionou qual o efeito da supressão dos encargos para a Caixa Geral de Aposentações.

A deputada Rita Rato (PCP) manifestou preocupação em relação à possibilidade de alteração da lei de financiamento, prevista no relatório do Orçamento do Estado, à empresarialização do ensino e à reorganização da rede, entendendo que esta vai gerar mais desertificação do interior. Referiu a necessidade de o Governo explicitar o que quer para o ensino superior, realçou a necessidade de garantir a qualidade do ensino e mencionou que não há alunos a mais, mas sim a menos, sendo a ação social mais pequena, indicando que muitos alunos do ensino secundário não têm condições para irem para o ensino superior e manifestando uma grande preocupação com a lei de ação social, indireta e direta. Por último, questionou se no caso de serem retirados os encargos com a Caixa Geral de Aposentações, o orçamento é exequível.

A deputada Ana Drago (BE) referiu a redução contínua de financiamento e salientou que embora o Governo diga às Universidades que devem apostar na recolha de receitas próprias, a recessão económica e a diminuição da disponibilidade financeira das famílias e empresas diminui as hipóteses das Universidades venderem serviços e de se aumentarem as propinas.

Os representantes do CRUP informaram que aguardam uma reunião com o Ministro das Finanças e referiram que a maioria só propõe a racionalização da rede e o corte na oferta, informando que o CRUP pediu um estudo a uma entidade internacional sobre esta matéria, que será apresentado em fevereiro de 2013. Por outro lado, entendem que a dimensão da rede depende do objetivo político estratégico a atingir, referindo que a tutela não tem discutido isso com o CRUP. Manifestaram ainda que o sistema tem de propor a auto-regulação.

Concordaram com a reanálise da forma de financiamento e dos critérios utilizados para o efeito e mencionaram que as universidades públicas preencheram mais de 90% das vagas da rede, realçando o papel desta. Realçaram que as Universidade também sofrem da crise da demografia, mas propõem que Portugal deve ser atrativo para os alunos a nível internacional, realçando o aumento destes alunos que tem vindo a verificar-se, nomeadamente de alunos brasileiros, pagos pelo Estado Brasileiro.

Realçaram que as tarefas das Universidades são ministrarem um melhor ensino e a investigação possível. O reitor da Universidade Técnica referiu que o orçamento do Estado só chega para pagar 2/3 dos salários e em 2013 terá de haver um acréscimo das receitas próprias, salientando que o aumento destas é desincentivado, porque o OE as destina depois a despesas que anteriormente eram da responsabilidade do Estado. Referiram que nalguns casos os salários dos professores são pagos com verbas do OE e com as propinas e os apoios aos alunos – bibliotecas e salas de estudo com horários alargados e nalguns casos abertos aos sábados – terão de ser restringidos.

Por último, realçaram a necessidade de as Universidades fazerem planeamento a prazo e de Portugal ser atrativo para a investigação e a ciência.

A documentação da audiência, incluindo os elementos entregues e a gravação da reunião, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

4. Audição no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre as mudanças estruturais no ensino – 11h00

O Presidente da Comissão apresentou as boas-vindas aos representantes da Confederação Nacional das Associações de Pais - CONFAP - e deu depois a palavra aos deputados do PS, que requereram a audição das 2 confederações de pais sobre as mudanças estruturais recentes no ensino.

A deputada Odete João (PS) iniciou a intervenção referindo que o ano letivo começou de forma atabalhoada e teria corrido mal se não houvesse bom senso dos diretores de escola. Salientou que o Ministério estabeleceu que há disciplinas de 1.ª e de 2.ª e previu novos exames no 12.º, mas recuou. Fez referência aos cursos profissionais e ao ensino artístico especializado, referiu a instabilidade do corpo docente, a impossibilidade de renovação dos contratos dos professores das escolas TEIP, a retirada da lista nacional de professores dos que aceitam colocação na sequência dum oferta de escola, a diminuição dos apoios aos transportes escolares, por redução dos passes e os preços dos manuais, que se somam às dificuldades das famílias.

Os representantes da CONFAP referiram que a revisão curricular é duvidosa, os cortes na Educação Física gerarão obesidade e defendem o par pedagógico em Educação Visual e Tecnológica (EVT) e a renovação dos contratos nos TEIP. Mencionaram ainda casos de pessoas com grandes dificuldades financeiras que não têm apoio social e propuseram que as escolas tenham autonomia para tratarem estas situações.

A deputada Isilda Aguincha (PSD) referiu que o início do ano letivo não correu assim tão mal e realçou que as mudanças geram resistência, salientando que deverão avaliar-se as alterações, medindo e refletindo sobre as mesmas. Realçou que a formação cívica continua a existir e perguntou se está claro para os pais e alunos, que quem frequenta o 12.º ano este ano não tem exames que não estavam previstos anteriormente.

Os representantes da CONFAP referiram que o GAVE é incompetente, lamentando que continue a funcionar. Informaram que está clara a situação de não realização de novos exames pelos alunos do 12.º ano e salientaram que a República tem de ensinar valores, direitos e obrigações.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) indicou que Portugal tem muita dispersão curricular e questionou como privilegiariam as disciplinas estruturantes e as restantes. Pediu para se pronunciarem sobre as metas curriculares e sobre a liberdade de escolha da escola pelos pais, solicitando indicações sobre o reflexo que estas medidas têm tido e as hipóteses de alteração. Pediu a posição da CONFAP sobre a Lei de Bases prever uma base de custo por aluno, sobre a implementação do programa de pequeno-almoço nas escolas e a hipótese de a escola identificar os alunos a quem aquele será atribuído.

Questionou ainda quais os efeitos que decorrem da hipótese de reavaliação do abono de família e se entendem que para o acesso ao ensino superior devia utilizar-se a nota do secundário ou realizar-se um exame próprio, das Universidades.

Os representantes da CONFAP referiram que o ensino por áreas de saber já está previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo. Quanto às metas curriculares, integram novos programas dentro do currículo. Em relação aos manuais escolares, referiram que não há critérios das escolas para a devolução dos livros emprestados e que por vezes na sala de aula ainda há alunos sem livros. Referiram que o conselho geral da escola devia ter representantes da associação de pais.

Referiu que a liberdade de os pais escolherem as escolas gerou a liberdade de as escolas escolherem os alunos. Em relação ao custo por aluno, entendem que há condições para se

equacionar uma lei de financiamento. Em relação à alimentação, realçou a importância de uma rede social e a interligação até com a Segurança Social. A reavaliação do abono de família melhorou de 1 ano para 3 meses, mas entendem que é necessária mais autonomia da escola nesta matéria. Concordaram que o acesso ao ensino superior utilizasse outros critérios, que não os exames do ensino secundário.

A deputada Rita Rato (PCP) realçou que com a reorganização curricular e a diminuição das disciplinas de Educação Visual e Tecnológica e Educação Física as componentes práticas da escola estão a diminuir, o que originará mais insucesso e abandono escolar. Realçou a grande precariedade do pessoal dos TEIP, referiu que a ação social é hoje muito limitada e indicou que a escola reproduz a desigualdade social, com reflexos no aproveitamento escolar.

Os representantes da CONFAP indicaram que os alunos com necessidades especiais têm apoios nos ensinos básico e secundário, mas não no superior. Defenderam que os professores que estão há 10 anos no sistema têm de ter estabilidade, manifestando-se também a favor da vinculação e estabilidade dos professores e técnicos dos TEIP. Referiram ainda que as transferências para as autarquias têm de ter em conta o nível socioeconómico das famílias da área.

A deputada Ana Drago (BE) referiu que o Ministério está sem rumo, tentando cumprir as limitações orçamentais. Salientou que é imprescindível a vinculação dos professores, para maior estabilidade e libertação de tarefas inerentes aos concursos. Solicitou informação sobre a implementação do programa de pequeno-almoço nas escolas. Defendeu a necessidade de elevar os valores da ação social do ensino básico e secundário e referiu que no ensino secundário as bolsas são atribuídas em função dos rendimentos de 2011, antes dos cortes salariais realizados em 2012. Referiu ainda que as dívidas fiscais dos pais, nomeadamente de pequenos comerciantes em difícil situação financeira, inviabilizam a atribuição de bolsas de estudo.

Os representantes da CONFAP referiram que pode equacionar-se a atribuição do pequeno-almoço apenas aos alunos que precisem ou a todos os que queiram tomá-lo.

A deputada Odete João (PS) indicou que o PS tinha uma perceção de preocupação, que aumentou após a audição da CONFAP. Referiu que as escolas deviam ter autonomia para resolverem algumas situações e salientou que o novo Estatuto do Aluno, com introdução de multas, não resolve os problemas e retira autonomia aos professores. Reiterou as dificuldades de contratação de professores. Terminou referindo que contam com a CONFAP para enfrentarem as questões.

Os representantes da CONFAP salientaram que o Estatuto do Aluno gera dificuldades de responsabilização dos pais pelas ações dos filhos nas escolas, por se entender que não se trata de situações de responsabilidade objetiva, e bem assim de implementação de multas aos pais.

Por último, referiram que com a [Lei n.º 20/2012, de 14 de maio](#), as associações de pais deixaram de ter isenção de entrega da declaração de rendimentos para efeitos de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, modelo 22 e da informação empresarial simplificada, devendo fazê-lo dentro dum prazo que foi depois alargado até 15 de julho, mas foram entretanto comunicadas multas às associações que fizeram a apresentação dentro do período de prorrogação. Em relação a esta questão, concordam com a obrigação declarativa, mas entendem que deveria haver um modelo simplificado para o efeito.

A documentação da audição, incluindo os documentos entregues e a gravação da reunião, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Audição no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre as mudanças estruturais no ensino – 12h00

O Presidente da Comissão apresentou as boas-vindas aos representantes da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação – CNIPE - e deu depois a palavra aos deputados do PS, que requereram a audição das 2 confederações de pais sobre as mudanças estruturais recentes no ensino.

O deputado Acácio Pinto (PS) iniciou a intervenção referindo que pretendem ouvir as instituições para saberem qual a perceção que têm em relação às políticas da educação e à abertura do ano escolar, sobre o que se passa nas escolas e qual o pensamento da CNIPE em relação à revisão curricular, à divisão entre disciplinas estruturantes e restantes, à situação das disciplinas de Educação Física e de Educação Visual e Tecnológica (EVT), aos exames do secundário e aos concursos para professores, nas escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) e noutras.

Questionou ainda se entendem que deve haver continuidade pedagógica, qual o papel da autonomia das escolas e se, face ao alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, o grupo de recrutamento da Educação Especial está a responder. Pediu ainda uma palavra sobre o novo Estatuto do Aluno e a sua previsão de aplicação de coimas (até tendo em conta a atual situação económica), sobre o programa de pequeno-almoço nas escolas e sobre manuais escolares.

Os representantes da CNIPE referiram que o início do ano escolar decorreu com uma aparente normalidade, salientando que a escola atual é triste, nomeadamente devido à constituição de mega-agrupamentos, que origina uma escola em que não há proximidade, tendo os pais menos contacto com a mesma. Realçaram que o aumento do número de alunos por turma provoca abandono e insucesso escolar, discordaram do afunilamento das opções permitidas ao aluno e da distinção entre os cursos considerados prioritários (áreas de ciência) e os não prioritários (humanidades) e mencionaram que a disciplina de EVT era uma forma de inclusão de muitos alunos, pelo que a sua retirada provocará mais abandono escolar.

Mencionaram ainda que não há equipas multidisciplinares e os apoios são por número de alunos e não por ambiente socioeconómico da escola, informando que não há autonomia da escola a este nível. No que respeita à educação especial, referiram que o acompanhamento deve ser feito por professor com alguma especialização na área e que é necessário alterar o grupo de recrutamento 900.

Referiram ainda que muitas crianças vão para a escola sem pequeno-almoço e indicaram que o novo Estatuto do Aluno prevê penalizações para os pais, enquanto a CNIPE propõe que se aposte nas medidas preventivas e não só nas reativas.

O deputado João Prata (PSD) realçou que o Governo tem vindo a desenvolver uma política de exigência, para melhorar o desenvolvimento do país. Salientou que com a informação que tem recolhido no terreno, não tem uma visão catastrófica do início do ano, referindo a importância do papel dos diretores das escolas e da autonomia das mesmas. Questionou depois que alterações proporem em relação à ação social escolar e qual a opinião que têm no que toca às escolas TEIP e à experiência piloto de ofertas a nível do ensino vocacional, com cerca de 160 alunos.

Os representantes da CNIPE insistiram na importância das equipas multidisciplinares, referiram como aspeto positivo o facto de, em muitos casos, as escolas terem distribuído os manuais escolares aos alunos e propuseram que haja um banco de manuais nas escolas. Propuseram a continuidade pedagógica e a colocação das pessoas mais capazes nas escolas TEIP.

Referiram a experiência a nível do ensino vocacional, com trabalho nas escolas (parte pedagógica geral) e a parte prática nos centros de formação e realçaram a necessidade de uma boa articulação das 2 partes. Salientaram que a Alemanha tem um sistema desse género, apenas aplicável no 3.º ciclo e com toda a formação ministrada nos centros de formação.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) realçou que houve um aumento da ação social de 2,5% e questionou qual a experiência da CNIPE em relação ao programa de pequeno-almoço nas escolas com a ajuda das empresas, perguntando como tem sido feita a seleção dos alunos a apoiar.

Salientou que Portugal tem uma grande dispersão curricular e questionou quais as formas que entendem que devem ser utilizadas para resolver o problema. Mencionou a falta de participação dos pais nas associações e perguntou se é preciso mais legislação ou mais participação. Por último, referiu que o Ministério divulgou a situação socioeconómica das escolas e isso tem reflexo nos rankings.

Os representantes da CNIPE informaram que todas as escolas dão o pequeno-almoço, quando necessário (o que já se vem fazendo desde há alguns anos), com verbas das escolas e em parceria com empresas, nomeadamente supermercados, mas não integrado no programa agora referido, comprometendo-se a diligenciar para obter mais indicações sobre a forma como este está a ser implementado.

Referiram que há necessidade de reformular os currículos e não só a estrutura curricular. Indicaram que os pais deixaram de ter participação no conselho pedagógico, referindo que se os pais forem professores não podem participar nos órgãos representativos. Manifestaram discordância em relação aos rankings, referindo que deve avaliar-se de onde o aluno parte e aonde chega. Referiram também a não utilização do ranking para atribuição de verbas às escolas.

O deputado Miguel Tiago (PCP) questionou se face às dotações do Orçamento do Estado para 2013 preveem ou não melhorias no próximo ano letivo. Referiu a reconstituição da escola dual, com ensino técnico, indicando que o PCP discorda da mesma, entendendo que acentua desigualdades sociais, salientando que a formação base, alargada, deve ser igual para todos os alunos.

Salientou ainda que as escolas não têm autonomia nos projetos educativos, tendo de gerir conflitos de horários e de professores, e referiu que a questão dos concursos das escolas TEIP é uma matéria difícil e o PCP está a analisá-la cuidadosamente, para não violar os interesses dos professores.

Os representantes da CNIPE referiram que o aumento da ação social prende-se com o aumento do número de alunos abrangidos. Indicaram que não são contra a escola dual enquanto sistema e mencionaram que há alunos que escolhem voluntariamente as áreas vocacionais, entendendo que esta tem de ser uma opção dos alunos e não uma imposição. Realçaram ainda que as escolas têm cada vez menos projetos e isso gera a tristeza dos alunos, sendo que a escola não lhes dá algo de que eles gostem.

A deputada Ana Drago (BE) indicou que houve um projeto-piloto de pequeno-almoço nas escolas implementado no anterior ano letivo, mas este ano não teve sequência e salientou que a ação social é muito limitada. Em relação à experiência piloto de oferta de cursos vocacionais no ensino básico, para alunos com mais de 13 anos, prevista na [Portaria n.º 292-A/2012, de 26 de setembro](#), mencionou que está desenhada para alunos em situação de insucesso. Referiu ainda que a OCDE tem vindo a dizer que o modelo dual alemão cria desigualdades.

Os representantes da CNIPE indicaram que a ação social deixou muita gente de fora e com grandes dificuldades, propondo que a escola dê refeições ao fim de semana e até aos pais,

salientando ainda que as escolas não têm verbas e hoje quase não se fazem fotocópias nas mesmas.

A encerrar a audição, o deputado Acácio Pinto (PS), em representação do Grupo Parlamentar requerente, referiu que com as 2 audições reforçaram as preocupações que tinham, pelo que na audição do Ministro da Educação e Ciência, a ocorrer no dia seguinte, lhe irão dizer que é necessário fazer a avaliação de todas as políticas que adotou e reponderá-las.

A documentação da audição, incluindo a gravação da reunião, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

6. Outros assuntos

7. Data da próxima reunião

Dia 07.novembro.2012 – 15h00

Dia 08.novembro.2012

A reunião foi encerrada às 14:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de novembro 2012

O PRESIDENTE
(José Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 28 de novembro de 2012.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Sofia Bettencourt
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Ana Oliveira
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Jacinto Serrão
João Prata
Maria Manuela Tender
Pedro Alves
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Enes
Odete João
Pedro Delgado Alves
Rui Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emídio Guerreiro
Heloísa Apolónia